

1. Resumo

O PKN sentindo a necessidade de uma avaliação depois de 7 anos de atividades junto aos Kayowã e Nhandeva (Guarani) do Mato Grosso do Sul convidou, de acordo com as agências ADB e PPM, quatro pessoas que, com qualificações diversas pudessem avaliar aspectos específicos do Projeto. O Dr. Bartolomeu Meliã e o Dr. Jorge Grünberg estiveram na área entre os dias 14 e 23 de junho de 1983. O trabalho de avaliação teve como base a visita às aldeias de Jakarey, Kamada e Takuapiry. Os dois tinham uma experiência prévia continuada junto aos povos Kayová e Guarani no Paraguai entre 1972 e 1977. B. Meliã ainda no ano passado demorou por uma semana nestas e em algumas outras aldeias e teve ocasião de seguir de perto a experiência do Projeto. A mais destas visitas às aldeias foi importante instrumento de avaliação uma discussão ampla com os membros da equipe, o assessor presente e o coordenador do trabalho do CIMI no Mato Grosso do Sul.

2. Objetivos da avaliação

Se tratava de uma avaliação destinada à reflexão interna da equipe sobre o trabalho realizado e orientação futura. O interesse principal era detectar qual seria o posicionamento real da comunidade indígena em relação ao Projeto e qual seria a perspectiva de continuação deste tipo de atividades. Existe de fato na equipe a preocupação de até que ponto este projeto concreto leva efetivamente a reforçar a identidade do povo Kaiová e Guarani, a uma retomada cultural e a uma real autodeterminação cada vez mais liberada das dependências de caráter tutelar e assistencial.

3. Observações gerais

Na nossa avaliação percebemos que o mais significativo desse projeto foi a continuidade de uma práxis bastante coerente. Isto quer dizer que a práxis do projeto, embora sem deixar de marcar objetivos específicos nas suas diversas etapas, de fato se deixou muito de perto pelo projeto histórico dos próprios índios, conforme o ritmo e as etapas deles. Isto explica o nosso modo de ver as mudanças e correções bastante fortes que o projeto sofreu. Concretamente isto é visível, quando o projeto planejado inicialmente em vista a roças comunitárias relativamente grandes com até quinze componentes de famílias nucleares, a medida que se adequava mais ao ritmo e estrutura social das comunidades aceitou propostas menos ambiciosas mas muito mais reais e indígenas. Esta práxis mostra de fato que os agentes do projeto acreditavam fundamentalmente no "sistema indígena" em contraste a outras iniciativas e projetos que querem transformar o sistema indígena em outro sistema que na realidade quebra a continuidade histórica do modo de ser indígena. Concretamente percebe-se isto em vários projetos e atividades da FUNAI e das Missões que estão se orientando manifesta-

mente impor à comunidade indígena modelos de produção para o mercado nacional. O PKN no seu processo interno, se viu obrigado a abandonar inclusive aquelas idealizações antropológicas que facilmente atribuem ao sistema indígena um comunitarismo radical e indiferenciado. Na prática destes anos de atividades o PKN percebeu que o problema destas comunidades Guarani do Mato Grosso do Sul é fundamentalmente resultado de um processo histórico que instaurara deficiências crônicas e já estruturais no sistema de auto-subsistência e reciprocidade indígena. Portanto a necessidade de continuar com medidas assistenciais deve ser interpretada dentro de uma visão de reciprocidade histórica ampla e principalmente pela relação desfavorável entre as terras disponíveis nas reservas e a população existente. O projeto que começou como solução aos problemas econômicos mais imediatos destas comunidades não se esgotou numa perspectiva economicista, mas se orientou a criar condições que fortalecessem o próprio sistema. Com isto se viu que se abriam novas saídas também para problemas econômicos.

O PKN como tal não considerou de sua competência a revitalização da vida ritual e religiosa. Mas de fato as condições criadas incentivaram essas práticas que no sistema Guarani são parte integrante da ordem social e portanto essenciais ao dinamismo econômico. A prática do projeto e sua continuidade por vários anos permitiu também um acúmulo de conhecimentos antropológicos que por sua vez permitem novos desdobramentos e aplicações em projetos semelhantes.

4. O PKN e seu contexto indigenista.

Apesar dos intentos constantes da FUNAI de tornar inviável a atuação do PKN nas reservas indígenas, se logrou uma presença ininterrupta na área que de fato transcende as três aldeias mencionadas.

As missões religiosas que atuam junto às comunidades se situam na mesma linha de um assistencialismo manipulador e de um controle que intenta quebrar a unidade social e criar situações privilegiadas para determinados indivíduos que assumem posições de elite. Notamos, porém, que o trabalho de projetos coordenados pelo CIMI/MS e Karapó e Jakarey se inscreve na mesma linha de atuação do PKN com o qual se mantém um contato de cooperação estreita e regular. Por outro lado a integração do PKN no Levantamento do CEDI, através dos assessores Rubem de Almeida e Carlos Alberto Ricardo, permite que o projeto esteja vinculado com outras experiências indigenistas a nível nacional.

5. Recomendações específicas.

Dada a impossibilidade para as comunidades indígenas de alcançar uma auto-suficiência em termos econômicos na situação atual, o aumento da densidade demográfica nas reservas e o aumento do trabalho de "Changa" em condições de proletários rurais desprotegidos, recomendamos:

- apoiar as comunidades na organização da resistência contra despojo de

de terras e acompanhá-las na recuperação de terras já invadidas, dentro ou fora das reservas constituídas;

- fornecer uma assessoria jurídica eficiente nos conflitos existentes, aproveitando a experiência do Departamento Jurídico do CPI e coordenando-se com o CIMI Regional;
- estudar alternativas econômicas na região em base ao melhor conhecimento do movimento migratório entre reservas, fazendas e as comunidades no Paraguai;
- investigar os limites da agricultura de subsistência praticada nas reservas em relação ao espaço disponível, a degradação da fertilidade dos solos por desmatamento, erosão e a introdução da agricultura mecanizada;
- explorar as possibilidades de melhorar as condições de trabalho externo em termos das reivindicações trabalhistas legalmente estabelecidas.

Reconhecendo que o PKN tem sido um catalizador importante para experimentar novos caminhos de auto-determinação dos povos Kaiowá e Guarani, recomendamos:

- dar mais estabilidade e cobertura ao PKN através de um vínculo legal e firme (institucionalização) e um nível de diálogo e reflexão regular com uma entidade civil, como por exemplo, o CEDI ou a Comissão Pró-Índio em São Paulo.
- definir com maior clareza a função dos dois assessores e adequar a seleção deles às necessidades da equipe do PKN;
- apoiar a Rubem de Almeida na realização de um ensaio sobre a dimensão histórica e científica do trabalho do PKN como um paradigma do indigenismo brasileiro;
- ampliar os contatos existentes com organizações e projetos indígenas e indigenistas da região especialmente com o Projeto Paí - Tavyterã em Pedro Juan Caballero, Paraguai, o Centro de Trabalho Indigenista em São Paulo, o Projeto Tapeporã da Igreja Metodista em Dourados, o CIMI/MS, a União de Nações Indígenas e Mário Juruna, cooperando na formação de uma Comissão Pró-Índio em Campo Grande, MS.

Dentro do plano orçamentado e administrativo do PKN recomendamos:

- manter o apoio econômico ao projeto dentro do marco existente;
- realizar as transferências monetárias em dólares americanos para evitar as consequências da desvalorização da moeda nacional.
- melhorar as condições de trabalho para os membros da equipe, incluindo os encargos sociais correspondentes, no salário.

São Paulo de Piratininga, 29 de junho de 1983.

Bartomeu Meliã M.
BARTOMEU MELIÃ

George Grunberg
GEORGE GRUNBERG